

## **Carta de seções sindicais do ANDES-SN ao Presidente Lula**

Estimado presidente Lula

O 42º congresso do ANDES-SN, realizado em Fortaleza – Ceará, entre os dias 26 de fevereiro e 1º de março deste ano de 2024, realizou uma rica discussão sobre a situação política, econômica e social do país, com foco na situação dos trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas por direitos e reivindicações, em particular dos (das) docentes das universidades públicas, cujo papel relevante para o Brasil V. Exa. tem destacado em diferentes momentos após a sua vitória nas últimas eleições presidenciais.

Nós, diretorias das seções sindicais que assinamos esta carta, participamos ativamente dessa discussão e decidimos nos dirigir diretamente a V. Exa.

Temos a clareza de que a derrota do governo anterior e a sua eleição, presidente Lula, foi importante para que o Brasil voltasse à normalidade de um país em que as demandas do povo possam ser discutidas pelo próprio povo, através de suas organizações independentes, como é normal em uma democracia. Recuperar esse terreno foi uma vitória para todo o povo e, em particular, para os trabalhadores e as trabalhadoras.

Os (as) docentes das universidades se engajaram majoritariamente na luta para derrotar o governo anterior, eleger V. Exa. e restabelecer a democracia, para que prosseguíssemos, como trabalhadoras e trabalhadores que somos, a nossa luta e de todo o povo para que tenhamos em nosso país uma universidade pública, gratuita, democrática e socialmente referenciada.

Estivemos na sua posse em 1º de janeiro de 2023, em Brasília, para garantir o apoio às expectativas de mudanças que a sua eleição trouxe, mas também para dizer que não abrimos mão de continuar a reivindicar os direitos e garantias que entendemos serem cruciais para os trabalhadores e trabalhadoras do país, em particular para os (as) docentes das universidades brasileiras.

Repudiamos e nos colocamos em alerta diante da tentativa do golpe de 8 de janeiro de 2023, articulada pelos derrotados do governo anterior, a começar pelos setores do capital que se beneficiaram da Reforma Trabalhista, da Reforma da Previdência, das Terceirizações Ilimitadas e da EC 95 do Teto de Gastos, e que financiaram aquela ação golpista. Para esses golpistas (civis e militares) não pode haver anistia. Sem anistia!

De outro lado, desde a transição de governo nos colocamos entre aqueles que reivindicaram a necessidade de que as medidas tomadas pelo governo anterior fossem revogadas, em particular aquelas que atingiram o maior número de trabalhadores e trabalhadoras, como as chamadas reformas acima citadas, mas também de medidas que atingiram setores importantes do Estado, como a Educação em geral e as universidades federais em particular.

Reconhecemos que avanços importantes foram realizados até agora, como o aumento real do salário mínimo, o reajuste do Bolsa Família, a retirada de estatais da lista de privatizações e a retomada do programa Minha Casa Minha Vida.

Uma vitória importante para revigorar o serviço público e reverter parte do imenso arrocho salarial que os (as) servidores (as) públicos federais sofreram após o golpe de 2016 foi a reposição emergencial de 9% que recebemos em 2023. Essa reposição foi uma vitória parcial para os (as) servidores (as) federais, criando uma expectativa de que estávamos no caminho inicial de uma recomposição que pelo menos nos devolvesse o poder de compra perdido durante o governo anterior.

Junto com outros setores sindicais representativos dos (das) trabalhadores (as) do serviço público federal, reivindicamos, como em toda democracia, a instalação de uma mesa de negociação geral para discutir essas perdas salariais e outras reivindicações gerais para atender às nossas demandas acumuladas após anos de imensas dificuldades para discutilas com os governos golpistas anteriores. Junto com essa mesa de negociação geral reivindicamos a instalação de mesas setoriais, para que as diferentes carreiras pudessem colocar as suas reivindicações e negociá-las com o governo.

Passos nesse sentido foram dados: a mesa geral foi instalada e negociações em torno de alguns pontos se estabeleceram. Da mesma forma, as mesas setoriais começaram a funcionar e as reivindicações foram colocadas pelas representações sindicais dos servidores e servidoras federais.

Estimado Presidente Lula.

Passado um ano após a sua posse, no entanto, é imperioso constatar que as questões centrais que atingem em cheio a vida do povo trabalhador continuam a sofrer as consequências de sua manutenção, criando uma frustração crescente entre aqueles que lutaram para derrotar o governo anterior e eleger V. Exa. Ao contrário, o chamado Novo Arcabouço Fiscal nos provoca uma enorme preocupação e nos colocou em alerta, porque sinalizou a continuidade de uma política econômica que esperávamos ter derrotado com a sua eleição.

Chamado entre nós de “Calabouço Fiscal”, o Novo Arcabouço Fiscal certamente resultará na continuidade do sucateamento dos serviços públicos, na baixa remuneração de servidores e servidoras e, por consequência no péssimo atendimento da população, daqueles que mais precisam dos serviços do Estado. E isso para nós é inaceitável!

O resultado do Novo Arcabouço Fiscal para nós docentes, como servidoras e servidores públicos federais que somos, foi a ausência de previsão de reajuste salarial em 2024, de cortes no orçamento da Educação, das universidades federais e de órgãos de fomento à pesquisa.

À aprovação do Novo Arcabouço Fiscal se somaram a ausência de iniciativas por parte do governo para revogar a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a Lei das Terceirizações, cujo resultado práticos para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras tem sido um enorme retrocesso, com a prevalência do acordado sobre o legislado, o trabalho intermitente, a individualização dos contratos, a terceirização na atividade fim, o aumento da idade da aposentadoria e do tempo de contribuição, bem como do

inaceitável corte nas pensões de aposentados e pensionistas, tudo em benefício dos bancos, dos especuladores e grande empresários, com o aumento do sofrimento dos trabalhadores e trabalhadoras.

Para o serviço público continua a ameaça da aprovação da PEC 32, sobre a Reforma Administrativa, com a qual o Centrão de Lira quer atender aos bancos e grandes empresários, ávidos em sua sanha de abocanhar mais serviços que hoje são prestados pelo Estado à população, transformando direitos básicos como Educação, Saúde, Assistência, Previdência, entre outros, em mercadoria. Também neste ponto a posição do governo tem sido a procrastinação, o que acaba por ajudar nas ameaças cotidianas contra os servidores e servidoras por parte do Centrão de Lira, apoiados pela grande imprensa.

Para os servidores e servidoras federais a mesa de negociação geral não avançou no atendimento da recomposição das perdas salariais do último período, com o governo de V. Exa. não respondendo sequer com uma proposta adequada de longo prazo, deixando claras as consequências do Novo Arcabouço Fiscal na manutenção dos serviços públicos.

Os (as) docentes das universidades federais e dos institutos federais, CEFETs e colégios de aplicação representados pelo ANDES-SN fazem suas as propostas do FONASEFE, do qual fazemos parte, no sentido de que tenhamos uma recomposição das perdas do período posterior ao golpe de 2016, além de demais reivindicações, como aquelas contidas no chamado “Revogaço”.

E para os (as) docentes das universidades e institutos federais, a mesa de negociação setorial somente recebeu as nossas reivindicações, mas ao se reunir novamente para que pudessemos ouvir uma resposta do governo, nos foi apresentado quase nada, em particular acerca da reivindicação de reestruturação das carreiras do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Uma grande frustração.

Estimado Presidente Lula.

Não ignoramos as dificuldades criadas pelo sistema eleitoral brasileiro e pelo conjunto das instituições do país, carcomidas pelos interesses do grande capital, no sentido de criarem gigantescos obstáculos para que V. Exa. atenda às demandas mais sentidas do povo, que mobilizou para derrotar o governo anterior e elegê-lo presidente.

Mas também queremos deixar claro que o tempo urge e as demandas do povo são conhecidas em um país de imensas desigualdades, como revelaram mais uma vez pesquisas recentes, mostrando como uma minoria parasita suga o povo do país inteiro em benefício próprio.

O povo, esse ator decisivo no jogo político de nosso país e que já lhe deu vitórias importantes precisa ser chamado a entrar em cena, em uma situação em que o governo de V. Exa. aparece como sendo prisioneiro de um Congresso Nacional controlado pelos derrotados do governo anterior, a maioria capitaneada hoje por Lira e Pacheco, ligada aos banqueiros, aos grandes empresários, ao agronegócio e a setores obscurantistas, contra quem a maioria pobre e explorada do país só tem a perder e certamente está disposta a se mobilizar desde que convocada para isso por V. Exa.

Entendemos que a frustração cresce e o descontentamento que o sofrimento provocado pela continuidade do arrocho salarial, do serviço público de baixa qualidade, da perda da

aposentadoria, do avanço da insegurança quanto ao futuro para a maioria da população, cria o ambiente para que a extrema direita siga mobilizada, tentando voltar ao governo.

Estimado Presidente Lula.

Por tudo o que dissemos não podemos esperar mais; não podemos ficar esperando um improvável acordo com a maioria do Congresso Nacional e menos ainda as eleições de 2026.

Nós, diretorias de seções sindicais do ANDES-SN que assinamos esta carta, expressando o sentimento e a vontade da maioria dos docentes das universidades públicas do País, queremos ter as nossas reivindicações e da maioria do povo trabalhador atendidas o quanto antes; foi para isso que o elegemos presidente e é para isso que seguiremos lutando de forma unitária com as demais organizações da classe trabalhadora, inclusive com a articulação de uma grande Marcha a Brasília, aprovada pelo 42º Congresso do ANDES-SN, para exigir do seu governo e do Congresso Nacional a revogação da Reforma Trabalhista, da Reforma da Previdência, da Lei das Terceirizações Ilimitadas e o arquivamento da PEC 32 sobre a Reforma Administrativa, e o atendimento das reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público federal.

De forma independente, dialogando com a base de nossa categoria e, com os métodos que a classe trabalhadora construiu, seguiremos lutando pelo atendimento de nossas reivindicações.

Esta carta expressa a nossa posição de momento, trazendo a expectativa de sermos ouvidos e termos as nossas reivindicações atendidas de fato pelo governo de V. Exa., ainda que os ritmos e prazos possam ser negociados e acordados.

Fortaleza – Ceará, 01 de março de 2024.